Macroeconomia

ELEVAÇÃO DOS JUROS, CORTE NOS GASTOS E DESEMPREGO PARA COMBATER INFLAÇÃO?

Cristina Fróes de Borja Reis*

2011, 2012 e 2013: anos em que o patamar da taxa de ocupação no mercado de trabalho alcançou um piso sem precedentes, a inflação aumentou, mas o crescimento da produção foi lento. A elevação dos juros e a contenção dos gastos do Governo têm sido recomendadas por diversos analistas de mercado como solução para conter a inflação. De outro lado, sugere-se a necessidade de elevação do desemprego e contenção da expansão do salário real. No ponto de vista aqui defendido, ambas as soluções estão equivocadas.

No campo da teoria, a vertente tradicional acredita que a inflação atual é provocada pelo aumento da demanda desproporcionalmente à oferta, resultante da expansão do poder aquisitivo da população (por conta do crescimento do consumo, devido, entre outros fatores, aos programas do Governo de assistência social e ao crédito). Para fazer com que se reduza até o alvo da meta de inflação, de 4,5%, recomenda-se a elevação dos juros e a contenção dos gastos do Governo, para segurar a demanda.

Na visão de outra vertente econômica, chamada estruturalista, a inflação resulta do aumento dos componentes dos custos de produção – tais como matérias-primas, energia, custo do capital de giro e o salário. Sobre a pressão que o aumento do salário vem exercendo nos preços, argumenta-se que o baixo nível de desemprego atual no Brasil teria fortalecido o poder de barganha dos trabalhadores (juntamente às políticas de salário-mínimo e de sustentação da renda, por parte do Governo), fazendo com que os salários subissem em termos nominais. Uma parte dos economistas supõe que a taxa de lucro sobre o custo unitário do produto seja constante, concluindo, então, que o aumento dos salários em geral é integralmente repassado para os preços, elevando o patamar da inflação. É por essa razão que há gente que sugere até mesmo a redução do emprego e do salário.

A visão da turma tradicional da economia é criticável do ponto de vista teórico e prático. Seus estudos não chegam a um consenso sobre o patamar da "taxa de desemprego que não acelera a inflação". E as medidas monetárias para evitar a inflação de demanda, como a escalada dos juros, não tiveram efeito em 2011 e não têm surtido efeitos significativos sobre a inflação desde o segundo semestre de 2013. Por outro lado, políticas fiscais restritivas associadas a cortes nos gastos públicos só contribuiriam para agravar a expansão pífia da demanda, enfraquecendo ainda mais a expansão do PIB, e, provavelmente, não aliviariam a inflação expressivamente.

Isso porque a raiz da inflação está nos custos; entre eles, o do trabalho. Só que não necessariamente a menor taxa de desemprego é o fator de pressão que se deve atacar. Primeiro, porque, conforme a visão de outros economistas estruturalistas, o repasse da elevação dos salários aos preços parece ser parcial, pois depende das condições específicas, como a concorrência, dos mercados de trabalho e de produtos das empresas de cada setor. Ou seja, a taxa de lucro pode ter se reduzido em alguns setores de atividade econômica, de forma que o aumento do custo da mão de obra pode não ter sido repassado integralmente aos preços. Infelizmente, é muito difícil conseguir mensurar isso, dada a reduzida disponibilidade desses dados.

Em segundo lugar, do ponto de vista da distribuição de renda entre as classes sociais, é, no mínimo, leviano sugerir queda da taxa de ocupação ou arrocho salarial. Após as poucas conquistas trabalhistas, não é admissível sacrificar o emprego. Além disso, o aumento do desemprego e a queda da participação da massa salarial na renda total da economia comprometeriam ainda mais a expansão do já sem fôlego consumo e do investimento, com impacto negativo sobre o crescimento do PIB. O combate à inflação precisa ser feito – pois atinge, principalmente, os trabalhadores de baixa renda –, mas por meio da redução dos outros componentes dos custos: logística, energia elétrica, preços de insumos e matérias-primas, custo do capital de giro e, também, as taxas de lucro exageradas de certos setores. Tudo isso implica, todavia, evitar a excessiva desvalorização da taxa de câmbio – o que é tema para outro artigo... ■

> "O COMBATE À INFLAÇÃO PRECISA SER FEITO – POIS ATINGE, PRINCIPALMENTE, OS TRABALHADORES DE BAIXA RENDA..."

* Professora de Economia da Universidade Federal do ABC (UFABC)